



Eixo: Trabalho, questão social e Serviço Social.

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social.

“PRECARIZAÇÃO ESPECIALIZADA: ANÁLISE DAS PARTICULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS MILITARES TEMPORÁRIOS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA”

NATHALIA ARAUJO RIBEIRO SANTANA¹

Resumo: Este trabalho tem como objeto de estudo analisar o aumento das formas de contratação temporária dos Assistentes Sociais da Força Aérea Brasileira como expressão da tendência de precarização das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro. A hipótese que orienta esse estudo é que essas transformações engendradas no mundo do trabalho sob a lógica do capital mundializado afetam as formas de contratação desses trabalhadores, gerando vínculos empregatícios com diferentes formas de precarização, ainda que sejam contratados para exercer a mesma função, e isso traz rebatimentos nas relações de trabalho e na vida dos sujeitos sociais envolvidos.

Palavras-chave: trabalho; capitalismo; precarização; serviço social; Força Aérea Brasileira.

Resumen: Este artículo tiene el objetivo del estudio analizar el aumento de las formas de empleo temporario de los asistentes sociales de la Força Aérea Brasileira como expresión de la tendencia de precarización de las relaciones del trabajo creadas por gobierno brasileño. La posibilidad que guía este estudio es que esos cambios en el mundo del trabajo cerca de la lógica del capital mundializado afectan las formas de empleo deses trabajadores, creando relaciones laborales con diferentes formas de precarización, aun que sean empleados para hacer el mismo que los outros de la misma función, y eso trae preguntas cerca de las relaciones laborales y en la vida de los sujetos sociales involucrados.

Palavras Llave: trabajo; capitalismo; precarización; servicio social; Força Aérea Brasileira.

1. INTRODUÇÃO

O ponto de partida deste estudo é a centralidade da categoria trabalho para o processo de acumulação no modo de produção capitalista, suas formas de superexploração da força de trabalho para extração de mais valia e a necessidade de geração do exército industrial de reserva para sua manutenção.

A partir do método marxista de análise, o materialismo histórico dialético, buscaremos nos aproximar dos fenômenos em sua essência, posto que este

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica. E-mail: <natth.araujo@hotmail.com>.

método propõe ir além da realidade aparente e busca desvendar as contradições que se encontram por trás das aparências fenomênicas.

Expostas as bases das relações sociais de produção no modo capitalista iniciaremos o debate sobre suas crises de manutenção e a questão social partindo da compreensão de que ao longo das décadas a referida “questão social” mantém a mesma essência, alterando apenas sua roupagem, debate que não é unânime dentre os autores que discutem a temática.²

Partindo da premissa que o surgimento da “questão social” é resultado intrínseco da relação entre capital e trabalho e que esta se diferencia da condição de pauperismo, sua origem atrela-se ao momento que a classe trabalhadora, no período industrial, toma consciência das suas precárias condições de trabalho e passa a lutar por melhorias.

No Brasil o tema da questão social nos remonta às particularidades do capitalismo a partir da nossa formação social para entendermos o caráter conservador da nossa modernização e suas influências nas relações entre capital e trabalho. Além disso, para abordarmos a flexibilidade e a precaridade das relações de trabalho no país faz-se necessário um aprofundamento de como se deu (e se mantém) a inserção periférica do Brasil na divisão internacional do trabalho sob a lógica do “fordismo à brasileira” e o desemprego como expressão da “questão social”.

Por fim esses pressupostos ilustram perfeitamente o debate recente proposto por Giovanni Alves (2012) quando aborda as especificidades contemporâneas das formas de expropriação do trabalho a partir da discussão do precariado. O autor afirma que as transformações engendradas no mundo do trabalho sob a lógica do capital mundializado afetam as formas de contratação dos trabalhadores, gerando vínculos empregatícios com diferentes formas de precarização e flexibilização trazendo rebatimentos nas relações de trabalho e na vida dos sujeitos sociais envolvidos em especial nas suas relações de pertencimento de classe.

²Para aprofundar esse debate cabe um resgate as obras de Netto (2001), Pereira (2001) e Pastorini (2007).

A pesquisa em andamento é componente da proposta de estudo de dissertação, requisito para o curso de mestrado no Programa de Pós graduação em Serviço Social. A temática abordada abrange categorias de grande importância e muito discutidas no Serviço Social tais como: o trabalho na sociedade capitalista, a reestruturação produtiva, a mundialização do capital, a contrarreforma do Estado, o desemprego estrutural e a precarização do trabalho, além de reflexões sobre a prática profissional do Assistente Social e as Dimensões de seu Exercício Profissional.

O interesse de estudo pela temática justifica-se pelo cotidiano de trabalho no Serviço Social da Guarnição dos Afonsos (SESO AF), órgão executor das Políticas de Assistência Social da Força Aérea Brasileira na condição de Assistente Social do Quadro Complementar de Oficiais temporários desde o ano de 2012. Atualmente o SESO AF possui sete Assistente Sociais em seu quadro técnico, sendo cinco profissionais militares temporárias e duas profissionais servidoras civis.

Por fim, proporemos um breve ensaio do impacto das referidas precarização e flexibilização na contratação dos assistentes sociais da Força Aérea Brasileira a partir do aumento dos vínculos trabalhistas como Oficiais do quadro temporário, em detrimento dos profissionais de carreira, com a finalidade de readequação das necessidades da força a partir da seleção das especialidades necessárias aos cargos e sob a perspectiva de desonerar o sistema previdenciário militar.

2. TRABALHO E QUESTÃO SOCIAL: O DEBATE DO PRECARIADO

Discutir a categoria trabalho é uma tarefa complexa e desafiadora. Isso porque consideramos aqui todas as particularidades levantadas e discutidas por Marx no estudo de tal conceito. Desde sua analogia a metáfora da abelha e do arquiteto, brilhantemente construída para explicar a teleologia do trabalho para os homens até seus estudos sobre a teoria do valor trabalho, que busca

explicar o valor de uso e valor de troca das mercadorias a partir do trabalho socialmente necessário para produzi-la.

Certamente sem os pressupostos marxistas acerca da categoria trabalho não seríamos capazes de compreender dialeticamente a forma de organização socioeconômica diretamente relacionada a uma determinada etapa de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção que nos interessa aqui: o modo de produção capitalista em sua fase monopolista.

Assim, ressaltamos que o objetivo desta subseção é abordar as formas de exploração do trabalho no referido modo de produção, sua relação intrínseca com o surgimento e aprofundamento da “questão social” bem como discutir as novas formas de expropriação contemporâneas da força de trabalho, expressas principalmente na flexibilização e precarização das relações.

É por nós sabido que o modo de produção capitalista é determinado pelas relações de produção entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que possuem sua força de trabalho e a vendem em troca de um salário, ou seja, empregadores e empregados, elucidando o que Marx denominou de classes sociais fundamentais: capitalistas e proletários. Para que se configure o lucro, fator essencial ao modo de produção capitalista, é necessário que dessa equação haja um sobrevalor, que se realiza na exploração da mão de obra do trabalhador.

As primeiras relações de compra e venda da força de trabalho se deram na Europa do século XVIII com o advento da Revolução Industrial, onde os camponeses livres (leia se expropriados de suas terras) foram obrigados a vender sua mão de obra nas fábricas em troca de salários. Trabalhando sem regulamentações trabalhistas em condições aviltantes e por longas jornadas a baixos salários foram os primeiros trabalhadores a reivindicar melhores condições de vida nas cidades.

Assim, o processo de urbanização, somado ao da industrialização, deu origem ao empobrecimento do proletariado, mas, ao mesmo tempo, essa classe tomou consciência da sua condição de exploração contestando à mesma e acarretando no surgimento da “questão social” conforme nos mostra Netto

A expressão surge para dar conta do fenômeno mais evidente da história da Europa Ocidental que experimentava os impactos da primeira onda industrializante, iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII: trata-se do fenômeno do pauperismo (...) Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. (...) A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos (...) Foi a partir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. (2001, P. 42 e 43)

No Brasil há de se analisar as particularidades da formação social para discutir a expressão “questão social”. Santos (2012), enfatiza a presença de três fenômenos imprescindíveis para caracterizar as referidas particularidades, a saber: *o caráter conservador da modernização operada pelo capitalismo brasileiro, os processos de “revolução passiva” e a centralidade da ação estatal.*

Nessa perspectiva considera que é necessário destacar a condição periférica (e retardatária) da inserção do país na divisão internacional do trabalho capitalista para explicar o caráter conservador de nossa modernização e remonta ao período colonial para justificar o referido atraso, explicitando sua relação com a forma pela qual o Brasil estrutura sua sociedade de classes e posteriormente suas atividades econômicas.

Outra característica destacada por Santos como primordial para compreender a particularidade da *nossa* “questão social” foram os processos de “revolução passiva”, operados como estratégia para excluir as massas da população dos processos de decisão política. Utilizando-se deste conceito de Gramsci a autora enfatiza que

na base da parcialidade das mudanças ocorridas no processo de modernização capitalista brasileiro está uma estratégia recorrente de antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas. Essa antecipação, a depender da situação concreta, pode ter um caráter progressista e/ou restaurador, caracterizando o que Gramsci denominou como “*revolução passiva*” (2012, P. 112)

Ainda analisando as particularidades da formação social para caracterizar a “questão social” no Brasil a autora discute *a centralidade da ação estatal para a constituição do capitalismo brasileiro* (2012, P. 120). Neste item a autora chama atenção para a função estatal de regulação da política

econômica de modo a atender às necessidades do mercado, seja através dos investimentos com infraestrutura, seja a partir das legislações que regulamenta à favor da manutenção do capital.

[...é] preciso considerar que a crescente participação do Estado na economia brasileira correspondeu à crescente socialização dos custos de instalação e ampliação da infraestrutura econômica e político-administrativa indispensável ao funcionamento e à diversificação do setor privado, nacional e multinacional. Desde o uso dos impostos pagos pela população, até a política salarial, muitas são as formas por meio das quais o Estado tem socializado uma parte substancial dos investimentos indispensáveis ao funcionamento, diversificação e prosperidade do setor privado. (Ianni apud Santos, 2012, P. 121)

Seja na Europa ou no Brasil, o fato a ser reiterado é que a “questão social” é inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, é intrínseca à sua lei geral de acumulação. Isso ocorre porque da mesma maneira que o capital busca gerar a mais valia na esfera da produção e da reprodução, também, as relações sociais são produzidas e reproduzidas de modo a manter o processo de exploração do trabalhador pelo capitalista. Conforme nos apontam Netto e Braz *“a reprodução capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalista e proletários.”* (2007, P. 136)

Podemos descrever, então, a lei geral da acumulação capitalista como um processo tendencial e diretamente proporcional, ou seja, à medida que cresce a riqueza socialmente produzida ocorre na mesma escala o crescimento da pobreza e a agudização da “questão social”. Destaca-se, ainda, a necessidade do sistema capitalista de manter trabalhadores sem emprego, o imprescindível “exército Industrial de reserva” conforme nos afirma Marx citado por Netto e Braz

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...E] quanto maior, finalmente, a camada lazarista da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. (Marx, 1984, I, 2: 209 apud Netto e Braz 2007, P. 138)

Os diferentes estágios do modo de produção capitalista produzem diferentes manifestações da “questão social” que estão condicionadas a determinantes históricos, econômicos e políticos de dadas conjunturas. Assim, após a Segunda Guerra Mundial a Europa Ocidental pôde experimentar o que se denominou “as três décadas gloriosas do capitalismo”, ou seja, um cenário de grande crescimento econômico que teve como pano de fundo a política do pleno emprego e as políticas sociais do “Welfare State”.

Aparentemente, o taylorismo-fordismo e o keynesianismo, feitos um para o outro, consolidariam o “capitalismo democrático”: a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia participativa. (Netto e Braz, 2007, P. 212)

No entanto, no início dos anos setenta essa conjuntura econômica, política e social entrou em declínio, dando início a uma profunda crise estrutural no sistema capitalista que foi respondida com uma forte ofensiva neoliberal fazendo emergir uma nova institucionalidade econômico financeira legitimada por um novo projeto político de sociedade. A “*onda longa expansiva*” é substituída por uma “*onda longa recessiva*”. (Netto e Braz, 2007, P. 214)

As respostas do capital à crise já referida anteriormente ocorreram a partir de um processo de *restauração* (Braga apud Netto e Braz, 2007, P. 214) e esta restauração se deu a partir de uma estratégia articulada no tripé: reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal. (Netto e Braz, 2007, P. 214)

O processo de reestruturação produtiva teve como principal objetivo realizar uma transição do modo de produção taylorista/fordista (rígido) ao modo de produção toyotista (acumulação flexível). Isso porque houve a necessidade de substituir a produção em massa por uma produção variada e voltada às necessidades das especificidades dos mercados consumidores.

A acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente

intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 1993, P. 140)

As mudanças operadas no processo produtivo trouxeram impactos profundos nas relações de produção. Aqui, merecem destaque a desterritorialização com sua produção sem fronteiras que permite o deslocamento de unidades produtivas (principalmente para regiões de subdesenvolvimento onde as legislações trabalhistas não são tão rígidas) e a incorporação de tecnologias como a robótica e a microeletrônica, responsáveis por reduzir significativamente o trabalho vivo empregado na produção. Merece destaque que essas mudanças incidem diretamente nos trabalhadores e nas formas de contratação de sua mão de obra.

Para que as alterações no campo da produção ocorressem com êxito, foi necessário romper com todas as barreiras sociopolíticas e ideológicas que pudessem ir de encontro à necessidade de expansão do capital. Nesse sentido os ideais neoliberais foram impostos à sociedade com a finalidade de disseminar a ampla liberdade do mercado e a “redução” do Estado sob a proposta de sua *reforma* dada sua ineficiência para gerir a economia.

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra *reforma* perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; *a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais.* (Netto e Braz, 2007, P. 227)

A combinação explosiva reestruturação produtiva e neoliberalismo explicita o panorama trágico que pretendemos abordar aqui: a desregulamentação e a flexibilização das relações de trabalho na sociedade do capital contemporâneo.

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho. Compreende-se, pois, que os ônus de todas elas recaiam fortemente sobre os trabalhadores – da *redução salarial* [...] à *precarização do emprego*. Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa de *formas precárias* de emprego (sem quaisquer garantias sociais) e do emprego em *tempo parcial* (também frequentemente sem garantias), que obriga o trabalhador a buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações. Nessa ofensiva do capital, seus porta-vozes vêm afirmando que a “flexibilização” ou a “desregulamentação” das relações de trabalho (isto é, a redução ou mesmo a supressão de garantias ao trabalho) ampliaria as oportunidades de emprego (ou seja, expandiria o mercado de trabalho) – argumentação largamente desmentida pelos fatos: **também em todos os países onde o trabalho foi “flexibilizado”, isso ocorreu juntamente com o crescimento do desemprego.** (Netto e Braz, 2007, P. 218, 219)

Já discutimos anteriormente que a necessidade do exército industrial de reserva, ou seja, os trabalhadores desempregados, e do lumpemproletariado, nas palavras de Marx, é intrínseca ao modo de produção capitalista. Ocorre que, com o aprofundamento da exploração da força de trabalho, além do aumento do desemprego, novas formas de expropriação do trabalho vieram à tona com a finalidade de manter as taxas de lucro e a hegemonia do capital.

A precariedade, condição inerente do trabalho assalariado no modo de produção capitalista transforma-se em precarização. Sob novas expressões, atualiza-se e consolida-se através do Estado a partir das leis, instituições, normativas e regulamentações trabalhistas que permitem ao empregador flexibilizar as formas de contratação e prestação dos serviços de seus empregados. (Valencia, 2015)

No bojo dos debates acerca das formas de precarização do trabalho destaca-se, além do desemprego, a informalidade como modalidade de inserção alternativa aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho por meios formais e com direitos trabalhistas garantidos, mas que

também não estão engrossando as fileiras do exército industrial de reserva. Consideram-se trabalhadores informais, por exemplo, os assalariados sem carteira assinada, os autônomos, as empregadas domésticas sem carteira, o trabalho familiar, os donos de pequenos negócios, entre outros. Outra modalidade de precarização do trabalho, disfarçada de trabalho regulamentado é a terceirização (ou subcontratação), nela é possível que uma empresa contrate outra, no mesmo território ou não, para prestação de serviços, isso significa também a possibilidade de terceirização da mão de obra.

Diante das inúmeras possibilidades desenvolvidas pelo capital para flexibilizar e desregulamentar as formas de contratação da força de trabalho, diferentes autores discutem o conceito de *precariado* com objetivo de relacionar o sujeito trabalhador perante as formas de precarização de sua força de trabalho e sua condição de pertencimento de classe. Nos aprofundaremos, aqui, dos estudos de Giovanni Alves por acreditar que sua teoria vai ao encontro do objeto de estudo proposto nessa pesquisa.

Alves (2013) em matéria escrita para um blog de alta circulação na internet defende a tese de que o precariado é a *camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social*. Para o autor essa fração de classe do proletariado precarizado é condicionada pelas variáveis etária e educacional, ou seja, Alves faz um recorte sociológico – precariedade salarial e nível educacional superior - para apreender as particularidades da precarização da força de trabalho no capitalismo do século XXI.

O autor problematiza ainda que essa categoria de jovens de trabalhos precarizados pertencem a classe média que se baseia no ethos de uma sociedade que anseia ascensão social por meio da carreira profissional e também, que se inserem numa sociedade baseada no consumo, racionalidade própria à lógica neoliberal do século XXI. Assim, o autor enfatiza na citação abaixo a possibilidade de grande frustração de expectativas e insatisfação social vivida pelo precariado devido à sua inserção precária no mercado de trabalho, afetando nas suas relações sociais.

Enquanto camada média da classe social do proletariado, o precariado tem uma cultura e psicologia social própria. Por um lado são movidos pela

profunda insatisfação social. [...] Não se trata apenas da precarização salarial tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais precários e frustração de expectativas de carreira profissional; mas trata-se também da precarização existencial que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just in time*. (Alves, 2013)

Na seção a seguir buscaremos contextualizar, ainda que de maneira incipiente, as formas de precarização na contratação de assistentes sociais militares da Força Aérea Brasileira a partir da hipótese que o aumento das formas de contratação temporária dos Assistentes Sociais da Força Aérea Brasileira é uma expressão da tendência de precariedade das relações de trabalho promovidas pelo Estado Brasileiro.

3. PRECARIZAÇÃO ESPECIALIZADA: ASSISTENTES SOCIAIS MILITARES TEMPORÁRIOS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Nas últimas décadas, as formas de ingresso de Assistentes Sociais na Força Aérea Brasileira têm se modificado consideravelmente de maneira a acompanhar as transformações sociais em curso, sempre atendendo às demandas impostas pela ordem heterogênea que o capitalismo vem exigindo ao mundo do trabalho.

Dessa maneira, podemos elencar hoje, pelo menos seis modalidades de vínculo empregatício de Assistentes Sociais na FAB, sejam eles: profissionais servidores civis, militares do quadro efetivo de Oficiais, militares temporários Oficiais do Quadro Complementar, militares temporários do quadro de Oficiais Convocados, consultoras sociais e militares da reserva que retornaram ao trabalho na condição de Tarefa por Tempo Certo.

Cabe destacar que as múltiplas formas de inserção das Assistentes Sociais nas fileiras da Força Aérea Brasileira justificam-se pela demanda institucional e se dão através dos quadros de carreira (minorias) e pelos quadros temporários (grande maioria) e que essa heterogeneidade dos vínculos

trabalhistas trazem rebatimentos importantes para as relações de trabalho nesta instituição, como por exemplo, o caráter de descontinuidade dos serviços prestados, uma vez que a maioria do corpo de Assistentes Sociais é contratada em caráter temporário por apenas oito anos de serviço.

Ressaltamos que a forte crise econômica instaurada no Brasil no fim dos anos 70 também afetou os militares enquanto categoria de trabalhadores. Os anos seguintes ao término do regime militar foram marcados pelas políticas de caráter neoliberal e privatista da década de 90. A Medida Provisória (MP) nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000, que reestruturou a remuneração nas Forças Armadas, extinguiu vários benefícios dos militares sob a justificativa da redução dos gastos com os militares inativos e pensionistas.

A partir dessa medida foram extintos os direitos ao adicional de tempo de serviço; ao auxílio moradia; à pensão para as filhas dos militares; ao acúmulo de duas pensões militares; à contagem em dobro do tempo de serviço para licença especial não gozada; ao recebimento de proventos do posto acima na inatividade; à contribuição para pensão militar de dois postos acima; e à licença especial. Essas mudanças foram implementadas sem regras de transição, ou seja, tiveram efeitos imediatos a partir de sua publicação. (BRASIL, 2000).

Recentemente, a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, ambas lançadas no ano de 2012 tem com objetivo construir *“uma Defesa moderna, fundada em princípios democráticos, capaz de atender às necessidades de uma nação repleta de riquezas e inserida num mundo turbulento e imprevisível como o atual”*. Acerca das diretrizes para os Recursos Humanos da instituição já está proposta nesses documentos a readequação dos quadros e postos dos militares a partir da contratação de profissionais temporários

“O recrutamento do pessoal temporário das Forças Armadas deverá possibilitar a oferta de mão de obra adequada aos novos meios tecnológicos da defesa nacional. Nesse sentido, o Ministério da Defesa, assessorado pelos Comandos das três Forças, proporá as mudanças necessárias no Serviço Militar Obrigatório.” (BRASIL, 2012, P. 151)

Atualmente observa-se que a discussão da redução dos gastos com os militares inativos, tida ainda como necessária mesmo após a medida provisória nº 2.131, tomou outros rumos que causam impactos diretos nas formas de ingresso e contratação dos militares nas fileiras das Forças Armadas, como mostra o trecho da matéria retirada da página oficial da Força Aérea Brasileira no ano de 2016:

“Nos últimos cinco anos a Aeronáutica ampliou em 67% as contratações de militares temporários. Em 2010, foram 4.986. Em 2012, passou para 5.983. Atualmente, são 8.328 militares nos quadros temporários de sargentos e oficiais, com previsão de que esse número aumente ainda mais. Segundo a Força Aérea, a estratégia representa, de um lado, oportunidade de emprego para profissionais qualificados e experientes, e, sob outra perspectiva, desoneração da folha de pagamentos de militares inativos.” BRASIL. (Força Aérea Brasileira, 2016)

O Serviço Social possui uma ampla diversidade de formas de inserção socioinstitucional, que vai desde a execução da rede de serviços sociais à elaboração e gerenciamento de Políticas Sociais, bem como o gerenciamento de recursos humanos e de Organizações Sociais (governamentais, não-governamentais e empresariais). No Comando da Aeronáutica se constituem como campos de atuação do Serviço Social a Política de Assistência Social, Política de Saúde, Política de Recursos Humanos, Política de Educação, Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente, Política do Idoso, Política de Habitação e Previdência Social.

De acordo com dados do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES, 2018) atualmente o Comando da Aeronáutica (COMAER) conta com o efetivo de cento e cinquenta e sete assistentes sociais distribuídas (os) pelo Brasil, Dentre elas (eles), destacamos que cento e dezesseis são militares da ativa, três são militares da reserva prestando serviço por tempo certo, trinta e duas são servidoras (es) civis regidas (os) pelo regime do serviço público federal e seis são contratadas (os) como consultoras (es) em serviço social. Após esta contextualização daremos destaque à situação das (os) assistentes sociais militares.

A inserção dessas profissionais se dá através de três tipos de concurso: as assistentes sociais militares de carreira integram o Quadro de Oficiais de Apoio (QOAP) criado em 2015, realizam prova escrita sobre conteúdos afetos ao serviço social e redação, as militares do quadro temporário anterior ao ano de 2014 (QCOA) também realizaram prova escrita sobre conteúdos afetos ao serviço social e as militares do quadro temporário egressas após 2014 (QOCON) foram submetidas à análise curricular. Nesse contexto enfatizamos que atualmente o Comando da Aeronáutica possui seis assistentes sociais militares da ativa de carreira de carreira (QOAP) e cento e dez assistentes sociais militares da ativa temporárias, sendo cinquenta e oito do quadro complementar de Oficiais (QCOA) e cinquenta e duas do quadro de Oficiais convocados (QOCON).

Este breve panorama traduzido em números reforça a realidade que viemos mostrando até aqui: a inserção de assistentes sociais do Comando da Aeronáutica, atualmente, se dá em grande parte a partir da contratação de militares do quadro temporário em detrimento das profissionais do quadro de carreira. Enfatizamos que essas profissionais do quadro temporário são contratadas para cumprir, a princípio, um ou dois anos de serviço na ativa (a depender do quadro de contratação), contrato este que se renova a cada um ano, podendo chegar no máximo a oito anos de serviço prestado às forças armadas. Após esses oito anos de serviços prestados a profissional passa à condição de militar da reserva não remunerada.

Nesse sentido, a pesquisa em andamento propõe discutir a flexibilização e precarização nas formas de ingresso e contratação de assistentes sociais militares na Força Aérea Brasileira a partir da análise dos editais de concursos e processos seletivos que regulamentam a admissão desses profissionais registrando suas particularidades e confluências com as categorias temáticas propostas para estudo.

Por fim, almeja-se caracterizar o perfil dos assistentes sociais temporários da Força Aérea Brasileira a partir de uma pesquisa de campo envolvendo entrevistas com a finalidade de explorar as especificidades,

diferenças e semelhanças no perfil profissional dos sujeitos que se candidatam a essas vagas de trabalho.

4. CONCLUSÃO

A partir deste estudo preliminar elucida-se que mundialização do capital, de maneira perversa, vêm realizando suas contrarreformas no que tange o mundo do trabalho também dentro das Forças Armadas, neste caso na Força Aérea Brasileira. Sob a lógica da redução nas folhas de pagamento dos inativos e otimização na formação de novos postos de trabalho especializados, podemos observar um aumento expressivo da contratação de militares em caráter temporário, flexível e precarizado, incluindo, nesse escopo, a maioria dos Assistentes Sociais atuantes nesta instituição.

É importante mencionar que esse perfil de trabalhadores, militares contratados com vínculos temporários, tem como requisito primordial a formação especializada em nível superior ou técnico, além do critério de idade máxima para ingresso. As formas de contratação, geralmente priorizam o processo seletivo por análise curricular onde se exige, além da formação, a experiência profissional para o cargo ao qual concorre o candidato.

Esses pressupostos ilustram o debate recente proposto por Alves (2012) quando abordam o conceito do *precarizado*, já discutido anteriormente. O autor descreve perfeitamente esses trabalhadores quando os caracterizam como jovens de alta escolaridade e inserção salarial precária, isso porque os mesmos não podem atingir uma faixa etária máxima, precisam de formação especializada e experiência profissional ao mesmo tempo em que se candidatam a cargos com vínculos precarizados pela condição de temporalidade.

Á luz das categorias de análise propostas pretendeu-se construir o arcabouço teórico para discutir a temática do trabalho permeada pela mundialização do capital, acarretando a reestruturação produtiva, as

contrarreformas do Estado e seus impactos mais recentes nas “novas” formas de precarização do trabalho que atualmente afetam todas as parcelas de trabalhadores nas mais distintas categorias profissionais e espaços sócio ocupacionais. Com a convicção da necessidade de aprofundamento desta pesquisa enfatizamos que esse debate torna-se relevante à medida que nos traz um panorama da precarização do referido quadro profissional. Além de revelar os principais rebatimentos nas relações de trabalho desta instituição, bem como na vida dos sujeitos sociais envolvidos Ressaltamos que reconhecer a categoria enquanto trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho é ter ciência dos desafios postos aos assistentes sociais na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, jan./jun. 2001.

ALVES, G. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital** – partes 1, 2 e 3. 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/14/o-enigma-do-precariado-e-a-nova-temporalidade-historica-do-capital>>.

_____. **O que é o precariado?** 2013. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/> acesso em: 12 de junho de 2018.

BRAGA, R. **A política do proletariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo, Boitempo, 2012.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das forças armadas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/2131.htm. Acesso em 12 de setembro de 2017.

_____. **Política Nacional de Defesa**. 2012. Disponível em https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf acesso em 10/06/2018.

_____. FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Aeronáutica amplia quadro de militares temporários**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2016/02/aeronautica-amplia-quadro-de-militares-temporarios>. Acesso em: 28 jul. 2017.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola. 1993.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. 27. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira. Livro I, v. 2.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

PASTORINI, A. **A categoria Questão Social em debate**. São Paulo, Cortez, 2004

SANTOS, J. S. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2012. Biblioteca básica do Serviço Social.

SOARES, M. **Trabalho escravo contemporâneo e o avanço da superexploração da força de trabalho**: as particularidades periféricas dependentes de Brasil e México: Unicamp, 2017.

VALENCIA, A. S. **El precariado: ¿ nueva clase social?** México, 2015.